

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL II

ELAINE DE JESUS SILVA HONÓRIO¹

RAIANE ARAGÃO SILVA²

JOSANA ALCÂNTARA SILVA³

RESUMO

Objetiva-se neste resumo evidenciar a experiência no estágio supervisionado em História do Ensino Fundamental II, na Escola Municipal Carlos Santana, localizado em Vitória da Conquista- Bahia. A fim de compartilhar propostas de ensino e aprendizagem e as estratégias utilizadas em sala para o ensino de História. Tendo em vista a importância de experienciar a prática docente, foi possível colocar em prática os conhecimentos obtidos no decorrer do curso de História e do estágio supervisionado.

Palavras-chave: Ensino de história. Estágio supervisionado. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A disciplina Estágio Supervisionado, prevista no curso de licenciatura em História, é de extrema importância para a formação do profissional docente, visto que, prepara os futuros professores para as diversidades encontrada no ensino básico, além de conceder a oportunidade de experienciar a prática docente, colocando a teoria na prática, “proporcionando um contexto direto com a realidade escolar, com os desafios enfrentados pelos professores que não se resume à sala de aula, e sobretudo com os problemas e os modos como são solucionados ou não” (Abreu; et all, 2019, p.3).

Tem-se como objetivo relatar a experiência do estágio supervisionado em História, realizado na Escola Municipal Carlos Santana, Extensão II, localizado em Vitória da Conquista- Bahia, atividade que fez parte dos requisitos da disciplina Metodologia e Prática do ensino de História I, ministrada pela Prof. Dra. Iracema Oliveira Lima, presente no currículo de Licenciatura em História, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Ocorrido no período do dia 28 de agosto de 2023 a 26 de novembro de 2023.

O estágio foi dividido em três etapas, observação, coparticipação e regência, totalizando 16 aulas. As aulas foram ministradas dando continuidade aos assuntos

¹ Graduada do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

E-mail: elainedejesus0009@gmail.com

² Graduada do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

E-mail: aragaoraiane7@gmail.com

³ Graduada do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

E-mail: josanalcantara@gmail.com

anteriormente passado pela professora regente Sueli Melo Silva, Mestre em História da África, diáspora e povos indígenas, pela UFRB, com trajetória profissional de 24 anos.

CONHECENDO A ESTRUTURA ESCOLAR E OS SEUS ALUNOS:

A regência aconteceu com a turma do 8º ano A, do Ensino Fundamental II, a sala era composta por 36 alunos(as), 12 meninas e 26 meninos, entre 12 e 13 anos de idade, esses alunos de sua maioria sempre estudaram em escola pública, de baixa renda.

Foi realizada em uma extensão provisória da Escola Municipal Carlos Santana, localizada no bairro Candeias. O prédio que acomodava os alunos e professores não era apropriado, apresentando várias problemáticas, de modo que, não havia espaço para o refeitório, com isso os alunos comiam de pé ou sentados no chão; além disso, não tinham um espaço de leitura, informática e quadra escolar. Outra observação válida seu deu ao tamanho e estrutura das salas de aulas, no qual eram muito pequenas para a quantidade de alunos e sem estrutura de uma sala de aula, visto que na sala em que ficamos havia uma pilastra no meio do cômodo, dificultando aos alunos enxergar o que estava na frente, e consequentemente na interação visual e didática entre professor e aluno.

A estrutura da escola apresentava várias limitações tecnológicas e de espaço, dificultando atividades mais dinâmicas e alternativas, em que não foi possível sair totalmente do tradicional, como por exemplo fazer atividade fora da sala de aula, dentro do ambiente escolar, ou com uso de tecnologias, pois a escola não tinha como fornecer. O que não nos impediu de montar estratégias didáticas atrativas para os alunos.

As aulas do período da regência tiveram como temática central; Identificar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, assim como, caracterizar a organização política e social no Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, até 1822 com a proclamação da Independência do Brasil. E suas implicações para sociedade nos pós independência. Dando foco para a Independência da Bahia.

ESTRATÉGIAS UTILIZADAS:

As aulas tiveram como estratégias geral aulas expositivas dialogadas, mas para analisar os conhecimentos prévios do aluno assim como, avaliar o processo de aprendizagem recorreremos a outros métodos quando possível. Procuramos nos distanciar do modelo de aula em que centrasse todo foco de discussão no professor.

Dessa forma, para a elaboração das aulas, usou-se como fundamentação a crítica ao que Isabel Barca (2004) chama de aula-conferência e aula-colóquio, modelos esses respectivamente, que colocam o professor em uma posição de detentor do conhecimento, enquanto o aluno, aquele que nada sabe. Ou que até problematiza o saber, porém continua centrado a atenção somente na atividade do professor e nos seus materiais, descartando os conhecimentos prévios dos alunos. Porém para o professor de fato se inteirar em uma educação que promove o desenvolvimento, este teria que assumir papel de investigador social, neste modelo, o aluno é visto como agente do seu próprio conhecimento e o professor é um investigador social que busca problematizar historicamente as ideias de seus alunos.

USO DE FONTES HISTÓRICAS

Ao longo das aulas recorreremos há várias fontes históricas para embasamento do conteúdo exposto. “Mostrar as fontes e inclusive, por vezes, trabalhar com elas na sala de aula, torna-se um meio de dar sustentabilidade ao discurso do professor, no sentido de dar concretude e realidade aquilo sobre o que ele fala.” (Pereira e Seffner, 2009, p. 125).

Nas aulas em que foi abordado a discussão sobre a interferência da presença da família real no Brasil, no momento inicial e de contextualização, levantou-se como foco de discussão, os motivos que contribuíram à vinda da família real ao Brasil em 1808, assim como, a trajetória para chegar no Brasil. Para a explanação do conteúdo foi utilizado a análise da pintura de Nicolas Louis Albert Delerive, que retrata o Embarque de Dom João e sua Corte. Para introduzir o conteúdo lançamos a seguinte questão-problema: "Será que a saída de D. João e sua Corte, de Portugal para o Brasil, foi tranquila tal como representada na pintura?".

As respostas dos alunos classificaram essa trajetória como tranquila, mas quando contextualizamos os motivos dessa viagem, os alunos contestaram dizendo que diante das condições, não tinha como saírem tão tranquilamente como dito anteriormente. Com isso, o quadro tornou-se um recurso excepcional para problematizar as contradições e tensões que envolveram a saída da corte portuguesa, tendo em vista que apesar de um plano de escape pensado a tempos caso fosse necessário, vieram em um momento de muita tensão.

Segundo Aquino (2014), é de suma importância fazer a utilização correta dos documentos, evitando utilizar os documentos apenas como ilustração das afirmações, sendo primordial trazê-los como o aparato para problematizar, contextualizar e desenvolver o pensamento dos alunos, os motivando a questionar.

Ainda segundo o autor, este afirma que o historiador pesquisador volta seu estudo para a reconstrução de um período histórico, já o historiador professor, deve usar o documento histórico como material didático. Nesse sentido, quando abordado sobre a Constituição do Brasil de 1824, foi levantado em discussão a necessidade de uma constituição própria do Brasil. Através da análise da Constituição de 1824, exposta no livro didático foi proposto um estudo aproximado sobre a referida Constituição. Ao fazer a análise, observou-se de maneira contraditória como a Constituição excluiu e não assegurou os direitos para todos os brasileiros. Por meio de questões problematizadoras foi constando junto com os alunos como a constituição impôs uma cidadania limitada aos que viviam na América Portuguesa, e por meio da condução do professor, foi observado que as pessoas mais afetadas nesse processo foram justamente os pobres, mulheres, pretos livres e escravizados, completamente ignorados nesse processo.

Após concluir a explanação sobre o período da regência, propomos aos alunos a produção de uma linha do tempo, a fim de desenvolver a noção de processo sobre a independência do Brasil. Foi delimitado prazo para que os grupos elaborassem a linha do tempo, ao fim do qual a equipe que obtivesse maior número de acerto ganharia. Havendo uma premiação no final da dinâmica. Foi distribuído kits com fontes histórica referentes aos eventos relacionados à independência do Brasil e a data que esses eventos aconteceram. O objetivo era que montassem em uma linha os acontecimentos históricos que os alunos compreendessem como importantes e centrais no processo de independência, relacionado a data que ocorreu.

O intuito dessa dinâmica era despertar nos alunos a compreensão de que a independência do Brasil faz parte de um processo que começou antes da proclamação oficial em 07 de setembro de 1822 e que continuou se processando mesmo nos pós independência. Fazendo os alunos refletir que a independência do Brasil não se limitou ao grito do Ipiranga, mas que foi um processo reunindo vários fatores.

USO DE MAPAS EM SALA DE AULA

Usou-se também com recurso, a análise geográfica do Mapa Múndi e do Brasil, utilizado para auxiliar na discussão acerca do recorte temporal e geográfico em que estávamos trabalhando. A exemplo, utilizamos o mapa nas aulas sobre a trajetória da família real ao Brasil e na exposição sobre a Independência do Brasil nas outras províncias, dando foco a Bahia.

Por meio do mapa pudemos elucidar de forma mais visual, os percursos percorridos nessas trajetórias e como a questão geográfica se relaciona com os conflitos históricos. Principalmente nas aulas sobre a Independência do Brasil, onde pudemos discutir e

problematizar como a divisão territorial permeia os conflitos sociais, no qual discutimos a divisão do território brasileiro, refletindo que para essas divisões acontecerem, houveram conflitos intensos.

Nesta oportunidade percebemos o estranhamento dos alunos quanto ao uso do mapa em aulas de História, pois achavam que só servia para as aulas de geografia, não conseguindo estabelecer nem ao menos conexões entre Geografia e História. Carolina Teixeira Pina, em seu texto "Os mapas e o Ensino de História", levantou a discussão que apesar dos livros didáticos de história terem mapas, estes são muitas vezes utilizados de forma ilustrativa, sendo que os mapas também são um conjunto temporal que permeia uma dinâmica social, política e econômica, que é fundamental para a construção do saber histórico escolar, ou seja, o mapa pode aproximar da realidade. Posto isso, é importante que nas aulas de história, o professor utilize os mapas não como algo ilustrativo, mas como fonte histórica que problematize a construção do saber do aluno.

AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO:

Conforme alude Rui Moura (1998), a avaliação faz parte do processo do ensino-aprendizagem, e por sua vez, não tem que ser utilizada restritamente como forma de julgar ou punir os alunos. Em consoante, para além da sua atribuição tradicional, utilizamos a avaliação no processo de construção do conhecimento. As atividades realizadas durante as aulas elucidam a premissa aqui exposta. A exemplo, a construção de um mapa mental sobre a Independência da Bahia, com os seguintes pontos norteadores para a construção: Contexto; Objetivos; Participação; ano e lugar; batalhas e antecedentes. Para realização do mapa mental, foi entregue um texto base para os alunos. A ideia era que os alunos fixassem mais os assuntos, e ao mesmo tempo tivessem mais autonomia no momento de construção das ideias e fixação do conteúdo, ajudando no processo de aprendizagem de forma mais dinâmica, tendo também, o poder de ser sucinto e mostrar seu lado artístico.

A produção da linha do tempo teve como intuito recapitular e fixar os conteúdos estudados até o momento de uma forma mais interativa, além disso colocou-se como objetivo fazer os alunos desenvolverem a noção de processo sobre a Independência do Brasil, ao apresentar vários acontecimentos históricos ocorridos em anos diferentes, a intenção era que relacionassem esses acontecimentos com o da Independência do Brasil.

Na última aula da regência, foi realizado um teste contendo os conteúdos estudados até o momento, as perguntas eram variadas entre objetivas e discursivas, nesse momento,

recorremos avaliação no modelo tradicional, e pudemos avaliar a compreensão e assimilação dos alunos com os assuntos dados e se eles conseguiram refletir sobre o passado e presente, entendendo a importância do aprendizado para a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável, que o estágio é de fundamental importância para a formação docente, a experiência fornece uma ideia mais aproximada da realidade escolar, assim como o cotidiano que o professor está inserido.

Para a elaboração das aulas, tivemos como premissa a compreensão do aluno como agente do seu próprio conhecimento, sendo o professor o investigador social que busca problematizar historicamente as ideias de seus alunos. Foi essa premissa que levamos para sala de aula, em todo momento procuramos deixar o aluno em evidência, respeitando o processo de cada um, e estabelecendo um ambiente confortável para troca de saberes, fazendo-os entender que suas contribuições também eram importantes.

Ademais, a experiência proporcionou compreender melhor as vivências do alunado e do entorno escolar, momento em que finalmente pudemos colocar em prática as discussões teóricas acerca da prática escolar. Saímos desse estágio entendendo que o professor precisa estar munido do não só conteúdo, mas também, é primordial estar embasado na prática pedagógica e na construção do saber histórico dos alunos.

Apesar dos desafios em relação à infraestrutura da escola, nos propomos a fazer aulas o mais interativas possível, saindo mais preparadas para as diversas realidades do sistema educacional do Brasil. Dessa forma, o estágio proporcionou experiências construtivas para nossa formação, entendendo que há um caminho árduo a ser prosseguido, porém, levando muitos aprendizados, agregações e superação pessoal e acadêmica.

REFERÊNCIAS

ABREU, Francisco Antônio do Carmo. DAMASCENO, Denilson José. OLIVEIRA, Robson de Sousa. ADRIÃO, Maria Antônia Veiga. **Estágio Supervisionado em Ensino de História: Relato de Experiência na Escola Trajano de Medeiros**. Conedu. Ceará, 2019.

AQUINO, Maurício, **As fontes históricas no ensinar, produzir e aprender História: apontamentos e reflexões**. 2014.

BARCA, Isabel, **Aula Oficina: do Projeto à Avaliação**. In. **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004.

PEREIRA, N. M, SEFFNER, F. **O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula.** *Anos 90*, 15(28), 113–128, 2009.

PINA, Carolina Teixeira, **Os Mapas e o Ensino de História. III seminário internacional História do Tempo Presente.** Florianópolis, 2017.

MOURA, Rui Manuel. **A Internet na Educação: um contributo para a Aprendizagem Autodirigida.** *Inovação*, 11, 177-129, 1998.

SOLÉ, Glória, **Aprendizagem histórica e formação de professores dos anos iniciais na Universidade do Minho (Portugal): a articulação entre a prática e a investigação em educação histórica,** Joaçaba, 2020.